



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

148

Processo nº : 10820.001311/2003-47

Recurso nº : 129.137

Acórdão nº : 204-00.640

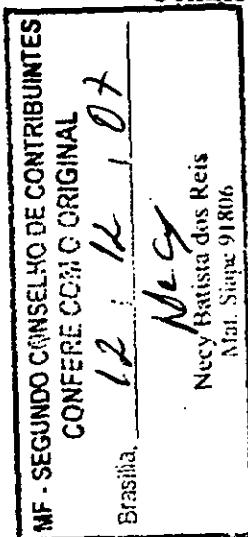
Recorrente : JOFER EMBALAGENS LTDA.

Recorrida : DRJ no Rio de Janeiro - RJ.

**PIS. ISENÇÃO. ZONA FRANCA DE MANAUS.** Por expressa determinação do STF, a expressão Zona Franca de Manaus foi excluída do texto das normas restritivas ao benefício isencial. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOFER EMBALAGENS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**



Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2005.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Presidente

*Sandra Barbon Lewis*  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Nayra Bastos Manatta, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos e Adriene Maria de Miranda.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10820.001311/2003-47  
Recurso nº : 129.137  
Acórdão nº : 204-00.640

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/12/01

Necy  
Necy Batista dos Reis  
Mat. Siape 91806

2º CC-MF  
Fl.  
149

Recorrente : JOFER EMBALAGENS LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração (fls. 04/06), lavrado em 27/06/2003, em virtude do não recolhimento do PIS incidente sobre a receita de vendas destinadas à Zona Franca de Manaus, nos períodos referentes ao período de maio de 2001 a setembro de 2002, no total de R\$ 69.412,84, já acrescido de juros de mora e multa de ofício.

O Contribuinte ingressou com medida judicial, conforme se vê às fls. 25/35, objetivando a declaração de isenção das contribuições sociais incidentes sobre a venda de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus, no entanto a decisão prolatada em primeira instância indeferiu o pedido do Contribuinte.

Autuado, o Contribuinte apresentou Impugnação às fls. 54/61 onde alega que os produtos que ensejaram o Auto de Infração encontram-se amparados pela isenção prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº 288/67 e, reconhecidamente, em decisões judiciais e administrativas e em doutrina, pelo que requereu a procedência da impugnação e a produção de provas.

A DRJ em Ribeirão Preto - SP (fls.113/118), julgou procedente o lançamento, alegando que o dispositivo que regia a tributação dos produtos comercializados pelo Impugnante, no período alvo da autuação é a MP 2.037-25/2000, claro o suficiente com relação a negativa de suposta isenção. Fundamentou, ainda, com base no artigo 111 do CTN e no artigo 150 da Constituição Federal, que a isenção é condicionada à legislação em vigor, sendo que à época da autuação o dispositivo vigente não previa a imunidade por equiparação pretendida, conforme o artigo 4º do Decreto-Lei nº 288/67.

Inconformado, o Contribuinte apresentou Recurso Voluntário, às fls. 127/137, onde alega obediência à MP 2.037-24 de 23/11/2000, artigo 14, que prevê a isenção do PIS/Pasep e Cofins.

No mais, repisa os argumentos expendidos em sua peça impugnatória.

Arrolamento de bens às fls. 138.

É o relatório. 11



Processo nº : 10820.001311/2003-47  
Recurso nº : 129.137  
Acórdão nº : 204-00.640

|  |              |
|--|--------------|
| MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES |              |
| CONFERE COM O ORIGINAL                 |              |
| Brasília.                              | 12 / 11 / 07 |
| Necy Batista dos Reis                  |              |
| Mat. Siape 91806                       |              |

2º CC-MF  
Fl.  
150

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
SANDRA BARBON LEWIS

**1. Regime de Tributação do PIS – Normas isentivas para as empresas sediadas na Zona Franca de Manaus.**

Alega a recorrente como supedâneo de sua argumentação o art. 4º do Decreto – Lei nº 288/67 que disciplina:

*A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.*

A legislação reguladora da matéria sofreu diversas alterações a partir de 1967.

A Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, alterou a legislação e não mencionou situações quanto à exclusão de receitas de exportações ou a isenção das referidas contribuições.

Com o intuito de solucionar a falha da Lei nº 9.718, regulando a matéria atinente ao PIS/Cofins foi editada a Medida Provisória nº 1.858-6 de 29 de junho de 1999 reeditada até a Medida Provisória nº 2.034-24, de 23 de novembro de 2000, onde todas as regras de desoneração foram alteradas e as regras existentes até o dia 30 de junho de 1999 foram revogadas.

Veja-se excertos do artigo 14 da Medida Provisória suso-aludida:

*Art. 14. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas de Cofins as receitas:*

*§ 1º São isentas da contribuição para o PIS/PASEP as receitas referidas nos incisos I a IX do caput.*

*§ 2º- As isenções previstas no caput e no parágrafo anterior não alcançam as receitas de vendas efetuadas:*

*I – a empresa estabelecida na Zona Franca de Manaus, na Amazônia Ocidental ou em área de livre comércio; (grifei)*

Ainda, com a edição da Medida Provisória nº 2.037-25 de 21 de dezembro de 2000, atual Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, suprimiu-se a expressão “na Zona Franca de Manaus” do inciso I do parágrafo 2º do art. 14 acima citado, pois o STF no julgamento da ADI nº 2.348-9 (DOU 18/12/2000) suspendeu a expressão “Zona Franca de Manaus” do texto da lei.

Desta forma, fica evidente que a pretensão da Recorrente encontra previsão legal.

**2. Conclusões**

Ante o exposto, voto no sentido de deferir o Recurso Voluntário interposto, anulando a decisão vergastada em sua totalidade.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2005.

SANDRA BARBON LEWIS